

# Sarney pede aos líderes o fim do revanchismo

O presidente José Sarney não quer que o revanchismo tenha espaço na Nova República. "Temos que sepultar isso definitivamente porque não interessa ao País", foi o que disse Sarney aos líderes no Senado e na Câmara, durante a reunião do Conselho Político do Governo, ontem de manhã. Segundo o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, o Presidente fez esta recomendação solicitando o apoio das lideranças para conter no Congresso as denúncias que vêm sendo feitas, tanto contra torturadores como contra esquerdistas.

O líder do PMDB na Câmara, deputados Pimenta da Veiga (MG) também está preocupado em tentar conter os deputados, cumprindo assim a orientação de Sarney, mas reconhece que é difícil. Ontem, ele saiu do Palácio do Planalto dizendo que iria conversar com a deputada Bete Mendes (sem partido-SP), que já havia anunciado um outro pronunciamento denunciando os torturadores. A tentativa de Pimenta parece não ter surtido efeito porque a deputada acabou lendo a Tribuna carta que enviou ao ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

Na última segunda-feira, foi a vez do deputado Se-

bastião Curió, um dos repressores da Guerrilha no Araguaia, que ocupou o espaço destinado ao PDS (ele é do PFL), para apresentar uma lista de pessoas apontadas como comunistas que estão no Governo.

Ele não deixa de admitir que o fato teve importância, mas diz que está sendo superado. "O deputado foi condenado até mesmo pelo líder do seu partido", afirmou. O líder do PFL, José Lourenço (BA), notou que Curió, inclusive, utilizou o espaço destinado ao PDS.

Todos os líderes concordam que não existe espaço para o revanchismo. Entendem que denúncias como estas devem ser esvaziadas. Este também é o pensamento do Governo e dos militares, que têm reiterado a necessidade de se sepultar o passado, como afirmou o presidente Sarney. Os líderes, conforme disseram ontem, estão dispostos a colaborar com o Presidente. Da reunião do Conselho Político do Governo, ontem de manhã, participaram os líderes do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS); deputado José Lourenço; os líderes do PMDB, Pimenta da Veiga e Gastão Müller (MT); além dos ministros Fernando Lyra (Justiça) e José Hugo Castelo Branco (Gabinete Civil).

## Planalto: Direita articula

Palácio do Planalto acredita que existe um grupo de extrema direita interessado em criar problemas que dificultem o relacionamento do presidente José Sarney com as Forças Armadas. A informação foi confirmada ontem pelo secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita:

— Tenho informações que me levam a crer que existe um grupelho de extrema direita interessado em indispor o presidente José Sarney com as Forças Armadas. Mas isso não vai acontecer. O Presidente conta com total solidariedade das Forças Armadas — desestimulou o porta-voz.

Mesquita esclareceu que não cabe ao Palácio do Planalto estabelecer regras de comportamento para os parlamentares que, através da Tribuna do Congresso Nacional, vêm denunciando nomes de torturados e torturadores do regime militar:

— Deputados e senadores têm todo o direito de falar o que desejarem. Esse é um problema do Poder Legislativo — frisou Mesquita.

O Governo, segundo o porta-voz, já manifestou e tem reiterado a sua posição com relação a esses episódios: "A lei de anistia sepultou o passado. Nós consideramos este assunto definitivamente encerrado."

## Bete não ofende militares

"Como cidadã e parlamentar, nenhum ato meu aponta para qualquer tipo de ofensa às Forças Armadas. Pelo contrário, inclusive nesse gesto agora não perfeitamente compreendido, está evidente a preocupação que tive e tenho de defender e fortalecer as instituições para a conquista e preservação da democracia. As Forças Armadas brasileiras, como instituição guardiã dessa ordem democrática, teve, tem e terá meu profundo respeito e sincero acatamento".

Este é um dos trechos da carta que a deputada Bete Mendes (sem partido-SP) encaminhou ao ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e que ela própria leu ontem da tribuna da Câmara. A carta responde ao comunicado reservado do Centro de Comunicação do Exército, divulgado na semana passada, sobre a denúncia de que o adido militar do Brasil no Uruguai, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi o torturador de Bete Mendes na década de 70, quando ela era estudante.

A deputada reconhece que "nas fileiras do Exército, da Aeronáutica e da Marinha é extraordinariamente majoritário o número de militares dignos, honrados, profissionais inteligentes, cultos e, portanto, capazes de ocupar cargos no exterior sem comprometer a imagem democrática do nosso País". A carta ao presidente José Sarney, como afirmou, "há de servir como testemunho de minha ação firme na defesa dos ideais pelos quais sempre lutei".

### DESCULPA

Bete Mendes reafirma integralmente o texto da carta que enviou a Sarney, no último dia 15, relatando o encontro que teve com Brilhante Ustra no Uruguai, onde esteve acompanhando a comitiva do presidente. Repudia, "com veemência", a afirmação contida no comunicado do Exército de que "em ne-



num momento o coronel desculpou-se por sua atuação no combate ao terrorismo no passado". Por mais de uma vez, garante, "o coronel acercou-se de mim tratando-me com amabilidade, tentando justificar sua participação no episódio e desculpando-se por ter 'cumprido ordens' e por 'ter sido levado pelas circunstâncias de um momento histórico'. Quando o comunicado do CCEX invoca o testemunho dos funcionários da embaixada brasileira no Uruguai, certamente o faz por desconhecer que desses funcionários recebi um cartão, no qual se referem comovidos ao que chamam de meu gesto de perdão", acrescenta.

A deputada rememora alguns fatos — "embora me seja muito doloroso" — e informa que foi "sequestrada, presa e torturada nas dependências do DOI-CODI do II Exército, onde o major Brilhante Ustra (Dr. Tibiriçá) comandava sessões de choque elétrico, pau-de-arara, 'afogamento', além do tradicional 'amacramento' na base dos 'simples' tapas, alternado com tortura psicológica. Tive sorte, reconheço, sr. ministro: depois de tudo, fui julgada e considerada inocente em todas as instâncias da Justiça Militar que, por isso, me absolveu. E aqueles inocentes como eu, cujos corpos eu vi, e que estão nas listas dos desaparecidos?", indaga.